



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

ATA DE REUNIÃO

Aos dezanove dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, às 9 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Alta Floresta, realizou-se reunião com o objetivo de se discutir medidas para reforço na segurança pública de Alta Floresta. Participaram da reunião a Sr. Maria Izaura Dias Alfonso, representando o Município de Alta Floresta, Senhor Marcos Duarte, representando a Usina Hidrelétrica Teles Pires, presente, também, o Promotor de Justiça Luciano Martins da Silva, representando o Ministério Público. Também participam da reunião o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado Adjunto de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Doutor Alexandre Bustamante dos Santos, o Chefe de Estado Maior da Polícia Militar Coronel Joelson Geraldo Sampaio, o Tenente Coronel João Evangelista do Nascimento Filho, Comandante do Comando Regional IX da PM/MT, o Dr. Aldo Silva da Costa, Diretor de Interior da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso e os membros da consultoria para assuntos referentes ao P.36 da UHE Teles Pires, Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, Dra. Edwiges C.C Correa e o Dr. Eguimar Felício Chaveiro. *Dando início aos trabalhos, o Dr. LUCIANO enfatizou a preocupação da sociedade altaflorestense sobre o aumento nos índices de criminalidade na região; Esclareceu que foi contratada uma consultoria para identificar as medidas que devam ser adotadas para mitigar os impactos da implantação da Usina Hidrelétrica Teles Pires, sendo que esta consultoria já elaborou um relatório indicando medidas, inclusive, na área da segurança pública; Informou que essas medidas devem ser implementadas pelo empreendedor responsável pela execução da obra de construção da usina; O Sr. LUIZ CLAUDIO esclareceu que os trezentos milhões são destinados à aplicação no PBA por completo e não somente no P.36; O Dr. ALEXANDRE BUSTAMANTE enfatizou que qualquer investimento feito por qualquer instituição em equipamento da segurança pública é muito bem vindo e que ganha com isso é a população local; A Sra. MARIA IZAURA esclareceu que, embora os trezentos milhões não sejam para aplicação somente no P.36, devem ser destinados, pelo menos, dez por cento desse valor para os municípios impactados; O Dr. LUCIANO esclareceu que o empreendedor tem um objetivo que é o de executar a obra com o menor custo possível; O Sr. MARCOS DUARTE acredita que o IBAMA está sim fazendo o papel dele, sendo que está fiscalizando a execução da obra da usina; Enfatizou que a economia dos municípios está aquecida; Esclareceu que o licenciamento do referido empreendimento é feito em Brasília eis que está localizado na divisa entre o estado de Mato Grosso e do Pará; Afirmou que existe a preocupação de minimizar os impactos da obra no meio ambiente natural, eis que foram feitas alterações no projeto original, visando diminuir os impactos; O Dr. MARCELO explicou que o PBA (que é uma orientação geral sobre estudos que podem impactar com a implantação da usina) é dividido em vários programas, sendo, um deles, o P.36 – Programa de reforço à infraestrutura e aos equipamentos sociais; Foi apresentada a parte do relatório da Consultoria*



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

Independente referente à segurança pública, onde está prevista a aquisição de equipamentos e veículos para as forças de segurança pública que atuaram na região impactada; Esclareceu que, com base nesses documentos e em estudos realizados pela consultoria, foi elaborado o relatório de medidas que devem ser implementadas para diminuir os impactos da instalação da usina; O P.36 é subdividido em três subprogramas, sendo eles: o de compensação financeira, monitoramento socioeconômico e compensação financeira complementar; Explicou que nos estudos foram utilizados os dados do Estado de Mato Grosso, os dados do IBGE e várias entrevistas; Foi levantado que os tipos de crime que mais aumentaram no município foram furtos e roubos; Em entrevistas aos moradores chegou-se à conclusão que esse aumento se deve à quantidade de pessoas que vieram para Alta Floresta, em função da implantação da usina; Apresentou as medidas indicadas no relatório para mitigação nos impactos relativos à segurança pública, tendo respondido às perguntas sobre o relatório; O Dr. LUCIANO enfatizou a necessidade de se firmar um convênio com a CHTP visando implementar as medidas indicadas no relatório e que forem aprovadas pelo grupo de trabalho; A Sra. MARIA IZAURA ressaltou o problema de estruturação da cadeia pública que funciona junto à delegacia municipal, esclarecendo que a delegacia deveria ser separada da cadeia pública; O Sr. ALDO informou que foi cogitado o aluguel de um imóvel para instalar a delegacia municipal, o que não foi realizado pela falta de orçamento; O Dr. ALEXANDRE BUSTAMENTE esclareceu que o estado é limitado pelo orçamento, sendo que é muito bem vinda a parceria com instituições particulares; Quanto à cadeia pública, informou que a cadeia deve ser instalada em um local mais distante, conforme o plano diretor do município; Acredita que a CHTP deve arcar com os custos dos impactos que o empreendimento causar; Quanto ao aumento de efetivo de policiais, informou que o estado realizará um concurso público, sendo que, no caso de delegado de polícia, em breve estarão se formando sessenta e sete novos delegados na academia; Informou que tudo o que foi exposto como indicações no relatório é necessário e muito bem vindo; Salientou que a prioridade do Estado, no momento, é aumentar o efetivo de policiais; Informou que foi celebrado Termo de Cooperação entre o estado e a CHTP, onde esta se compromete em entregar ao estado duas pick-ups, quatro motos e uma unidade móvel; O Dr. RAFAEL informou que em Dardanelos foi exigido um hospital de dois mil metros que foi construído e que não foi possível ser equipado pelo estado; Esclareceu que a CHTP não tem obrigação arcar com as medidas propostas, eis que o órgão licenciador não exige, mesmo assim a CHTP não se furtou em executar; Enfatizou que a empresa sempre honrou suas obrigações; O Cel. SAMPAIO informou que a Polícia Militar tem algumas demandas que não estão relacionadas com a implantação do empreendimento, porém, são urgentes, como, por exemplo a estrutura do prédio do Comando Regional IX que está em más condições; Questionou se há possibilidade jurídica da CHTP pagar os salários dos policiais que atuaram durante a implantação do empreendimento; O Ten. Cel. EVANGELISTA questionou as indicações do relatório, pois não viu medidas que contemplem a Polícia Militar, instituição esta que tem grandes necessidades; Informou que a maior preocupação do Comando Regional IX é a área operacional,

Assessoria

Procurador

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

sendo que a falta de equipamento dificulta muito o trabalho policial; Esclareceu que no período de pagamento da usina, é necessário fechar o quartel e colocar os policiais de todas as áreas nas ruas para garantir a segurança; Enfatizou que, com a instalação da agência da Caixa Econômica em Paranaíta, onde serão feitos os pagamentos dos funcionários da usina, terão que ser deslocados policiais de Alta Floresta para Paranaíta durante o período de pagamento, o que prejudicará a segurança em Alta Floresta; Citou várias deficiências da Polícia Militar da região de Alta Floresta; Esclareceu que, com a implantação da usina, o valor do aluguel na região aumentou muito, o que dificulta a vinda de policiais para a região; O Sr. MARCOS DUARTE esclareceu que tem uma empresa contratada que para fazer um plano de desenvolvimento social da região; Dos trinta milhões, já foram aplicados vinte e cinco milhões, sendo quinze milhões aplicados em obras e dez milhões no fundo garantidor; Saliu que a CHTP está disponível para ajudar, porém, não concorda com a metodologia nas indicações das medidas propostas; O Sr. RAMIREZ esclareceu que o relacionamento do empreendedor com os prefeitos e governos de estado sempre é muito bom; O Dr. ALEXANDRE BUSTAMANTE sugeriu que a CHTP faça o convênio para arcar com valores previamente estipulados, sendo que, ao chegar ao valor estipulado, a empresa se exonera da obrigação; O Dr. LUCIANO informou que os dez milhões do fundo garantidor, por força do termo de compromisso celebrado em junho de dois mil e onze entre a CHTP, Ministério Público e Municípios, devem ser investidos em medidas indicadas pela consultoria referida no citado documento, que foi apresentados aos presentes; O Dr. ALDO esclareceu que deve ser definido quanto deve ser investido em segurança pública para, só depois, definir as medidas que serão adotadas; O Dr. LUCIANO propôs seja elaborada uma lista pela Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros e Politec, contendo as obras e equipamentos em ordem de prioridade, sendo que a CHTP terá participação da sua elaboração, inclusive na elaboração dos respectivos projetos e planilhas de custos, sendo que numa próxima reunião entre os órgãos de segurança pública, o Ministério Público, a CHTP, os Municípios de Alta Floresta e Paranaíta e a Consultoria serão decididas as medidas a serem executadas, cujos custos serão oriundos do fundo garantidor, bem como sobre a elaboração do cronograma de execução, observando que a decisão final sobre as medidas a serem contempladas na lista indicativa será dos órgãos de segurança pública, mediante acordo a ser firmado por todas as partes envolvidas; No que se referem às medidas a serem implementadas no município de Paranaíta, a validade do presente acordo está condicionada a anuência do referido município, eis que não há representante nessa reunião; Os órgãos de segurança pública se comprometem em entregar a lista acima citada no prazo de quinze dias ao Ministério Público, bem como a CHTP se compromete em entregar, também ao Ministério Público, o orçamento no prazo de quinze dias, a contar do recebimento da referida lista contendo o custo das medidas indicadas de mitigação e compensação. A CHTP consigna sua ressalva com relação ao procedimento, metodologia e encaminhamento do trabalho da consultoria independente, ao mecanismo de funcionamento do fundo garantidor, ressalvando, também, seus direitos para todos os fins. Nada mais, às 12:50 horas, foi a presente ata encerrada

Assessoria

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

por mim

Henrique da Silva Cavalher, Técnico Administrativo.

Luciano Martins da Silva
Promotor de Justiça

Maria Izaura Dias Alfonso
Prefeita de Alta Floresta

Alexandre Bustamante dos Santos
Secretário Adj de Segurança Pública

Coronel Joelson Geraldo Sampaio
Chefe de Estado Maior da PM/MT

Ten. Cel. João Evangelista N. Filho
Comando Regional IX da PM/MT

Aldo Silva da Costa
Diretor de Interior da Policia Civil

Marcos Duarte
Diretor de Sustentabilidade da CHTP

Edwiges C.C Correa
Membro da Consultoria

Marcelo Rodrigues Mendonça
Membro da Consultoria

Eguimar Felício Chaveiro
Membro da Consultoria

Luiz Claudio Ramirez
Diretor Adm. Financeiro CHTP

Rafael Villar Gagliardi
Advogado da CHTP